

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	13
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	26

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	31
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	32
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	33

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	61.375.018
Preferenciais	122.750.036
Total	184.125.054
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	30/04/2012	Dividendo	14/05/2012	Preferencial		0,00020
Reunião do Conselho de Administração	30/04/2012	Dividendo	14/05/2012	Ordinária		0,00018

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.475.981	2.533.028	2.491.997
1.01	Ativo Circulante	2.004.645	2.139.358	2.116.583
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.210	2.188	6.487
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.962.256	2.077.020	2.087.163
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.962.256	2.077.020	2.087.163
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.962.256	2.077.020	2.087.163
1.01.03	Contas a Receber	10.747	12.138	7.244
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.747	12.138	7.244
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.432	46.700	15.689
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.432	46.700	15.689
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	1.312	0
1.02	Ativo Não Circulante	471.336	393.670	375.414
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	471.336	393.670	375.414
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	329	329	329
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	329	329	329
1.02.01.03	Contas a Receber	34.885	33.201	31.120
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	34.885	33.201	31.120
1.02.01.06	Tributos Diferidos	436.122	360.140	343.965
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	436.122	360.140	343.965

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.475.981	2.533.028	2.491.997
2.01	Passivo Circulante	68.745	78.720	68.637
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	2.724	166
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	2.724	166
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2.724	166
2.01.05	Outras Obrigações	68.745	75.996	68.471
2.01.05.02	Outros	68.745	75.996	68.471
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	8.908	0
2.01.05.02.04	Outras obrigações	68.745	67.088	68.471
2.02	Passivo Não Circulante	34.210	32.551	30.202
2.02.02	Outras Obrigações	299	224	0
2.02.02.02	Outros	299	224	0
2.02.03	Tributos Diferidos	605	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	605	0	0
2.02.04	Provisões	33.306	32.327	30.202
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.306	32.327	30.202
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	33.306	32.327	30.202
2.03	Patrimônio Líquido	2.373.026	2.421.757	2.393.158
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	2.000.000	2.000.000
2.03.04	Reservas de Lucros	373.026	421.757	393.158
2.03.04.01	Reserva Legal	49.031	49.031	47.156
2.03.04.02	Reserva Estatutária	320.704	342.711	342.711
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.291	3.291	3.291
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	26.724	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-192.202	-152.371	-169.860
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-192.202	-152.371	-169.860
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-192.202	-152.371	-169.860
3.06	Resultado Financeiro	170.801	199.598	175.407
3.06.01	Receitas Financeiras	208.464	239.903	201.563
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.663	-40.305	-26.156
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-21.401	47.227	5.547
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-606	-9.720	-11.690
3.08.01	Corrente	-606	-9.720	-11.690
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-22.007	37.507	-6.143
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-22.007	37.507	-6.143
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	-0,12	0,21	-0,03
3.99.01.02	ON	-0,11	0,19	-0,03
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	PN	-0,12	0,21	-0,03
3.99.02.02	ON	-0,11	0,19	-0,03

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-22.007	37.507	-6.143
4.03	Resultado Abrangente do Período	-22.007	37.507	-6.143

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.260	911	9.213
6.01.01	Despesas Administrativas	-181.547	-144.596	-134.386
6.01.03	Encargos Financeiros	0	-2.984	0
6.01.04	Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Valor Justo	154.798	142.221	161.411
6.01.05	Rendimento de Títulos e Valores Mobiliários	120.637	84.361	64.989
6.01.06	Outros Pagamentos	-23.956	-32.768	-30.560
6.01.07	Tributos	-33.672	-45.323	-52.241
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.394	-5.210	-14.865
6.02.01	Depósitos e Resgates Judiciais	1.394	-5.210	-14.865
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-35.632	0	0
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-35.632	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.022	-4.299	-5.652
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.188	6.487	12.139
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.210	2.188	6.487

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.000.000	0	421.757	0	0	2.421.757
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.000.000	0	421.757	0	0	2.421.757
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.007	0	-22.007
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.007	0	-22.007
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-48.731	22.007	0	-26.724
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-26.724	0	0	-26.724
5.06.05	Compensação de Prejuízo	0	0	-22.007	22.007	0	0
5.07	Saldos Finais	2.000.000	0	373.026	0	0	2.373.026

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.000.000	0	393.158	0	0	2.393.158
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.000.000	0	393.158	0	0	2.393.158
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.507	0	37.507
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.507	0	37.507
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	28.599	-37.507	0	-8.908
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.875	-1.875	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	26.724	-35.632	0	-8.908
5.07	Saldos Finais	2.000.000	0	421.757	0	0	2.421.757

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.000.000	0	399.301	0	0	2.399.301
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.000.000	0	399.301	0	0	2.399.301
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.143	0	-6.143
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.143	0	-6.143
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-6.143	6.143	0	0
5.06.05	Compensação de Prejuízos	0	0	-6.143	6.143	0	0
5.07	Saldos Finais	2.000.000	0	393.158	0	0	2.393.158

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.076	-52.275	-56.082
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-60.924	-36.450	-37.415
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.152	-15.825	-18.667
7.03	Valor Adicionado Bruto	-86.076	-52.275	-56.082
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-86.076	-52.275	-56.082
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	139.343	185.415	153.250
7.06.02	Receitas Financeiras	160.769	216.439	179.906
7.06.03	Outros	-21.426	-31.024	-26.656
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	53.267	133.140	97.168
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	53.267	133.140	97.168
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-20.556	4.999	23.795
7.08.02.01	Federais	-28.241	-1.197	-1.767
7.08.02.03	Municipais	7.685	6.196	25.562
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	95.830	90.634	79.516
7.08.03.02	Aluguéis	95.830	90.634	79.516
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.007	37.507	-6.143
7.08.04.02	Dividendos	0	35.632	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.007	1.875	-6.143

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Prezados Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Nova Ação Participações S.A., relativas ao exercício social findo em 31/12/2012, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. As referidas demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e dos valores adicionados para os exercícios findos em 31/12/2012 e 2011.

O ano de 2012 testemunhou um movimento de desaceleração do crescimento econômico, que afetou tanto os principais mercados internacionais quanto a economia brasileira. Segundo estimativas do FMI, o PIB (Produto Interno Bruto) global deve ter se expandido a uma taxa de cerca de 3%, e as estimativas para o mercado doméstico apontam para um crescimento da ordem de 1% no ano.

O desempenho econômico de 2012 foi reflexo, entre outros, do comportamento da atividade industrial, com recuo de investimentos motivado por incertezas presentes nos cenários internacional e doméstico.

Ante uma atividade econômica em desaceleração, as autoridades governamentais promoveram uma substancial queda na taxa básica de juros (SELIC) para 7,25% ao final do ano. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou 2012 com alta de 5,8%.

Para 2013, o mercado tem a expectativa de crescimento ao redor de 3,0%. Esta recuperação será reflexo dos efeitos da flexibilização monetária, câmbio mais depreciado, política fiscal expansionista e a aceleração dos investimentos, principalmente no âmbito do PAC. No que tange à inflação, há uma perspectiva de 5,7% para o IPCA em 2013.

A Companhia tem concentrado suas atividades na administração de bens próprios, os quais são representados, sobretudo, por aplicações financeiras. Seus resultados estão essencialmente vinculados à rentabilidade obtida em tais aplicações, a qual, por sua vez, observa comportamento correspondente à remuneração básica dos títulos públicos emitidos pelo governo brasileiro. Isto posto, comentários acerca de aspectos operacionais não se aplicam ao contexto deste relatório.

Destaca-se, no entanto, que as necessidades de liquidez da Companhia tem sido historicamente satisfeitas pelo rendimento de suas aplicações financeiras.

Em 2012, a Companhia obteve prejuízo de R\$ 22.007, frente lucro líquido de R\$37.507 no exercício de 2011.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que em 29/12/2009, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia também contratou a KPMG para execução de outros serviços que não são de auditoria. Os honorários correspondentes a estes outros serviços são inferiores a 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A **Nova Ação Participações S.A.**, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, constituída em 22/06/2001, tendo como objeto a administração de bens próprios e a participação em sociedades mercantis ou civis.

A Companhia é 100% controlada pela Sulasapar Participações S.A. ("SULASAPAR").

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP);

O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2013.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

- O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

3.1.2. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante,

Notas Explicativas

respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;

- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir:

- **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. Trata-se do *"fair value option"*.

3.3. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos conforme a expectativa de realização destes créditos conforme orçamento elaborado pela Administração da Companhia.

3.5. Passivos financeiros circulantes e não circulantes

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

3.6. Provisões para ações judiciais

As provisões para as ações judiciais de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes que patrocinam as causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos às obrigações de natureza fiscal provisionados estão contabilizados na rubrica "Obrigações a Pagar",

Notas Explicativas

no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.7. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

O estatuto concede aos portadores de ações ordinárias o direito a dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, a dividendos mínimos ou fixos, sendo-lhes assegurada a percepção de dividendos por ação, superiores em 10% aos dividendos pagos às ações ordinárias; a prioridade no reembolso de seu valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio e a conversibilidade em ações ordinárias, observado os termos no estatuto social.

O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração são refletidos em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.8. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstrações do valor adicionado e são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.9. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no resultado do período e considera a média ponderada da base de ações em circulação durante o período e as metodologias de cálculo denominadas: "básico" e "diluído" (vide nota 9.5).

3.10. Uso das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas referem-se ao valor justo dos instrumentos financeiros, o prazo de realização e a expectativa de resultados futuros estimados para fins de registro dos créditos tributários (vide nota 6) e a expectativa de resultado final na decisão dos processos judiciais em curso, premissa que é utilizada na constituição das provisões para ações judiciais.

3.11. Normas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas e emendas às normas IFRS, emitidas pelo IASB, ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2012. Para algumas delas, o CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes.

Notas Explicativas

São as normas:

- **Revisadas**

(a) IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis (*Presentation of financial statements*)

Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma que esclarece os requisitos para as informações comparativas.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(b) IAS 16 – Ativo imobilizado (*Property, plant and equipment*)

Em maio de 2012, houve uma revisão desta norma que classifica equipamentos de manutenção.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(c) IAS 19 / CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (*Employee benefits*)

Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(d) IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (*Investments in associates*)

Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(e) IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (*Financial Instruments: Presentation*)

Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma que trata sobre a compensação de ativos e passivos financeiros.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2014.

Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma, esclarecendo que os efeitos fiscais na distribuição de instrumentos patrimoniais aos seus titulares devem ser contabilizados de acordo com o IAS 12.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(f) IFRS 7 / CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (*Financial Instruments: Disclosures*)

Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma exigindo divulgações mais extensas de ativos financeiros desreconhecidos ou não.

Notas Explicativas

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

- **Novas**

As seguintes normas internacionais (IFRS e CPC) novas também foram emitidas:

(a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (*Financial instruments*)

Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013, no entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocam em dúvida se esta data é apropriada, o comitê do IASB deverá adiar a data de implantação obrigatória para 01/01/2015.

(b) IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto (*Joint arrangements*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(c) IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de interesses em outras entidades (*Disclosure of interests in other entities*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(d) IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração a valor presente (*Fair value measurement*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir “valor justo” em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

Notas Explicativas

Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado pela Administração, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas.

4. Gerenciamento de risco

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de taxa de juros, de crédito e de liquidez. A Companhia faz parte de um conjunto de empresas que administra seus riscos com uma visão corporativa, a partir de decisões de um comitê que representa as empresas do grupo. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos, contemplam também a adequação das aplicações financeiras aos passivos. A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

4.1. Risco da taxa de juros

O risco da taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente da carteira de investimentos. O comitê define os mandatos de investimentos para cada uma das empresas do grupo, personalizado para cada necessidade específica. Nesses mandatos são considerados aspectos tais como: perfil de negócio e aspectos de liquidez. Adicionalmente, são estabelecidos de forma consolidada limites máximos de VaR (*Value at risk*), e é realizada a análise de cenários alternativos conhecidos como "*stress testing*".

Os instrumentos financeiros derivativos podem ser utilizados como forma de reduzir os impactos oriundos da alteração nas taxas de juros.

4.2. Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos as instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras.

A exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras segue limites que são estabelecidos através de um Comitê de Crédito, como por exemplo, a Companhia não aplica em títulos públicos municipais ou estaduais, porém pode aplicar toda a sua carteira em títulos públicos federais. Quanto a títulos de emissão privada, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "*Score*" ("*rating*" interno). Com base no "*score*" obtido é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco para compra de papéis emitidos por instituições financeiras e para títulos de emissão de empresa não financeira. Outros limites são impostos para outros tipos de aplicações financeiras, previstos pelo comitê.

Os limites de exposição a risco são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela área de Análise Quantitativa e de Risco.

4.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado

Notas Explicativas

diariamente, e revisa as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados.

Adicionalmente, a Companhia possui carteira de liquidez onde é estabelecida uma reserva a fim de garantir o pagamento das despesas.

Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando o risco de liquidez.

Descrição	2012			
	Até 02 anos ou sem vencimento	Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	1.962.256	1.962.256	1.962.256	1.962.256
Valor justo por meio do resultado	1.962.256	1.962.256	1.962.256	1.962.256
Obrigações a pagar	65.619	65.619	65.619	65.619
Aluguéis	65.619	65.619	65.619	65.619
Descrição	2011			
	Até 02 anos ou sem vencimento	Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	2.077.020	2.077.020	2.077.020	2.077.020
Valor justo por meio do resultado	2.077.020	2.077.020	2.077.020	2.077.020
Obrigações a pagar	62.538	62.538	62.538	62.538
Aluguéis	62.538	62.538	62.538	62.538

5. Aplicações financeiras

Em 31/12/2012, as aplicações financeiras, no montante de R\$ 1.962.256 (R\$ 2.077.020 em 2011), no ativo circulante, são representadas por cotas de fundo de investimento não exclusivo que aplica em títulos e valores mobiliários de renda pós-fixada, constituídas principalmente por Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Os rendimentos auferidos pela mencionada aplicação, e registrados na rubrica "Receitas Financeiras", estão apresentados na nota 10.4.

A seguir, movimentação das aplicações financeiras:

	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 01/01/2011	2.087.163
Aplicações	12.902
Rendimento resgate	(84.361)
Principal resgate	(155.123)
Resultado financeiro	216.439
Saldo em 31/12/2011	2.077.020

	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 31/12/2011	2.077.020
Aplicações	16.000

Notas Explicativas

Rendimento resgate	(120.637)
Principal resgate	(170.798)
Resultado financeiro	160.769
Outros pagamentos	(98)
Saldo em 31/12/2012	1.962.256

Em 31/12/2012 e 2011, o saldo de aplicações financeiras no ativo não circulante, no montante de R\$329, refere-se a incentivos fiscais.

5.1 Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos nos fundos de investimentos não exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. No exercício de 2012 e 2011 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

- (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 2

- **Quotas de fundos de investimentos**: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos.

Descrição	2012	2011
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	1.962.256	2.077.020

6. Títulos e créditos a receber

6.1. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos por imposto de renda a compensar/recuperar relativos à retenção na fonte de imposto de renda sobre aplicações financeiras e saldos negativos de imposto de renda e contribuição social que totalizam R\$463.554 em 31/12/2012 (R\$406.840 em 2011), sendo R\$436.122 (R\$360.140 em 2011) no não circulante e R\$27.432 (R\$46.700 em 2011) no circulante. Estes créditos estão contabilizados tanto no ativo circulante como ativo não circulante de acordo com a expectativa de realização estimada pela Administração.

Notas Explicativas

Em 31/12/2012, a Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$64.083 (R\$21.428 em 2011) cujos créditos no montante de R\$7.685 (R\$2.566 em 2011) não foram registrados contabilmente, conforme Pronunciamento Técnico CPC nº32, em virtude de não haver expectativa de realização destes valores devido à Companhia não apresentar histórico de lucro tributável.

6.2 Outros créditos

Os saldos referem-se a bloqueios judiciais identificados e os recém bloqueados, em processo de identificação, que em 31/12/2012 totalizam R\$10.747 (R\$12.138 em 2011).

7. Partes relacionadas

A Companhia utiliza-se da estrutura operacional e administrativa do conjunto de empresas liderado pela Sul América S.A. ("SASA"). Os custos relacionados ao compartilhamento dessa estrutura são reembolsados com base em critérios de rateio estabelecidos entre as partes. No exercício findo em 31/12/2012, o contas a pagar com aluguéis, devido à Sul América Companhia Nacional de Seguros representa R\$65.619 (R\$ 62.538 em 2011). A despesa em 31/12/2012 é de R\$ 95.830 (R\$ 90.634 em 2011).

Em 2012 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 35.632 à sua controladora SULASAPAR, referente ao exercício de 2011.

8. Depósitos judiciais e fiscais e obrigações a pagar

A partir de 01/01/1997, com a publicação da Lei nº 9.316/1996, a despesa de contribuição social tornou-se não dedutível em sua própria base de cálculo e na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia vem questionando judicialmente a legalidade desta Lei e, deduzindo a contribuição social da base de cálculo do imposto de renda, amparada por liminar com depósito judicial. Os valores questionados estão provisionados integralmente. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Em 31/12/2012, os depósitos judiciais e fiscais montam R\$34.885 (R\$33.201 em 2011). No passivo, as obrigações fiscais, as quais os depósitos judiciais correspondem, estão incluídas nas obrigações a pagar, como segue:

• Obrigações a pagar

Descrição	2012	2011
Dividendos a pagar	-	8.908
Obrigações fiscais	33.306	32.327
Aluguel a pagar (Nota 7)	65.619	62.538
Total	98.925	103.773
Circulante	65.619	71.446
Não circulante	33.306	32.327

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

Notas Explicativas

O capital social, em 31/12/2012 e em 2011 é de R\$2.000.000, representado por 61.375.018 ações ordinárias e 122.750.036 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas.

9.2. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9.3. Reserva estatutária

A reserva para expansão de negócios, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, com finalidades específicas definidas no estatuto, e uma vez atingido o limite estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalizar; ou para distribuição de dividendos aos acionistas.

9.4. Distribuição do resultado

	2012	2011
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos e contribuições	(21.401)	47.227
(-) Impostos e contribuições	(606)	(9.720)
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	(22.007)	37.507
(-) Constituição da reserva legal (5%)	-	(1.875)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	(22.007)	35.632
Dividendos obrigatórios:		
25% do lucro líquido ajustado	-	8.908
Saldo dos dividendos obrigatórios (A)	-	8.908
Dividendos adicionais propostos (B)	-	26.724
Total dos dividendos obrigatórios e propostos (A) + (B)	-	35.632

9.5. Resultado por ação

O resultado por ação, leva em conta o efeito por tipo de ação (ordinária e preferencial) em circulação.

	2012			2011		
	ON	PN	Total	ON	PN	Total
Resultado do período atribuído às ações (a)	(6.877)	(15.130)	(22.007)	11.721	25.786	37.507
Quantidade de ações	61.375.018	122.750.036	184.125.054	61.375.018	122.750.036	184.125.054
Resultado diluído por lote de mil ações atribuído aos acionistas controladores da Companhia	(0,11)	(0,12)	(0,12)	0,19	0,21	0,20

(a) A proporção do lucro referente as ações preferenciais está impactada pelos dividendos por ação superiores em 10%.

10. Detalhamento das contas do resultado

10.1. Despesas administrativas

Descrição	2012	2011
Serviços de terceiros	(25.079)	(15.825)

Notas Explicativas

Localização e funcionamento	(98.381)	(91.301)
Despesas com publicações	(58.372)	(35.784)
Outras	(73)	(696)
Total	(181.905)	(143.606)

10.2. Despesas com tributos

Descrição	2012	2011
Impostos taxas e licenças	(7.685)	(6.196)
Contribuição sindical patronal	(2.612)	(2.569)
Total	(10.297)	(8.765)

10.3. Resultado financeiro por categoria

Descrição	2012	2011
Títulos e valores mobiliários	160.769	216.439
Valor justo por meio do resultado	160.769	216.439
Juros de mora	-	(2.984)
Outros	10.032	(13.857)
Total	170.801	199.598

10.4. Receitas Financeiras

Descrição	2012	2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos	160.769	216.439
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	2.525	1.744
Impostos a compensar	33.983	21.720
Outras	11.187	-
Total	208.464	239.903

10.5. Despesas Financeiras

Descrição	2012	2011
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(2.525)	(1.744)
Juros de mora	-	(2.984)
Outras	(35.138)	(35.577)
Total	(37.663)	(40.305)

11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro/ (prejuízo) líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	(21.401)	(21.401)	47.227	47.227
Benefício/(despesas) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	3.210	1.926	(7.084)	(4.250)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(390)	(234)	(295)	(177)
Despesas indedutíveis	-	-	(85)	-
Provisões indedutíveis	-	-	(1.246)	(749)
	(390)	(234)	(1.626)	(926)
Exclusões:				
Atualização de depósitos judiciais	379	227	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa:				

Notas Explicativas

Compensações	-	-	2.613	1.553
Benefício/ (despesa) com imposto de renda e contribuição social corrente	3.199	1.919	(6.097)	(3.623)
Diferidos:				
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	390	234	-	-
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(379)	(227)	-	-
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	(3.589)	(2.153)	-	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(3.578)	(2.146)	-	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(379)	(227)	(6.097)	(3.623)
Alíquota efetiva	2%	1%	13%	8%
Alíquota efetiva combinada		3%		21%

12. Conciliação entre lucro/(prejuízo) líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais

	2012	2011
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(22.007)	37.507
Atividades operacionais		
Variação de aplicações financeiras	114.764	10.143
Variação de títulos e créditos a receber	(58.401)	(48.951)
Variação de despesas antecipadas	1.312	(1.313)
Variação de contas a pagar	592	3.525
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	36.260	911

13. Evento subsequente**13.1. Redução da participação do ING Insurance International B.V. ("ING")**

Em 27/02/2013 a Sul América S.A. (SASA) divulgou um "fato relevante" informando que as ações de titularidade do ING ficaram desvinculadas do atual acordo de acionistas entre Sulasa Participações S.A. ("SULASA") e ING e de todas as restrições à alienação, sem importar, no entanto, qualquer modificação aos demais direitos e obrigações previstas.

Foi firmado um distrato do acordo de acionistas, a ser substituído por um novo acordo de acionistas a ser celebrado entre a SULASAPAR e o ING no âmbito da SASA, cujo propósito consistirá em assegurar ao ING o direito de indicar um membro para o Conselho de Administração da SASA enquanto for titular de, no mínimo, 10% do capital social da SASA.

Será facultada, de acordo com o disposto no estatuto social da SASA, e por prazo a ser oportunamente informado, à conversão de ações ordinárias de emissão da SASA em ações preferenciais, visando a formação de novas units. A SULASAPAR, nos termos do contrato, converterá uma determinada quantidade de ações e entregará as respectivas units ao ING, por meio de reorganização societária, mantendo a titularidade da maioria do capital votante da SASA.

Notas Explicativas

A partir do fechamento, a SASA e suas controladas, a qual a Companhia faz parte, deixarão de associar sua marca à marca "ING" e durante o período de cinco anos que se seguir à data do fechamento da operação, o ING não poderá, direta ou indiretamente, utilizando a marca ou o nome "ING", realizar qualquer atividade ou negócio no Brasil considerado concorrente com as atividades e negócios da SASA e suas controladas.

Com o fechamento da operação, a atual participação direta e indireta do ING na SASA, correspondente a 36% de seu capital social total, terá sido reduzida a uma participação direta de 28,8% do capital social da SASA. Ao mesmo tempo, a participação da Família Larragoiti na SASA, direta e indireta, aumentará dos atuais 24,8% para 31,9%.

O fechamento da operação estará sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas previstas no contrato, usuais em transações similares, incluindo a obtenção das aprovações governamentais pertinentes, no Brasil e na Holanda.

Nada na operação afetará o curso normal das operações da SASA e suas controladas operacionais ou tampouco o controle final da SASA, já detido pela SULASA.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. A Nova Ação Participações S.A., em virtude de constituir-se em uma empresa de participação tendo como objeto a administração de bens próprios e a participação em sociedades mercantis ou civis, adaptou suas informações anuais para melhor apresentação. Tendo em vista que a forma de apresentação das informações anuais disponibilizada pelo Sistema Empresas.Net para empresas de participação diverge do formato de publicação anteriormente mencionado, apresentamos uma comparação e o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado para o período findo em de 31/12/2012.

1.1. Comparação entre o Modelo de Publicação requerido para empresas de participação x Modelo Sistema CVM/DFP

Ativo				
			2012	2011
Ativo Circulante				
1.01.03	Empresas Net	Contas a Receber.....	10.747	12.138
		Outros.....	10.747	12.138
1.01.06	Empresas.Net	Tributos a Recuperar.....	27.432	46.700
		Créditos Tributários e Previdenciários.....	27.432	46.700
Ativo Não Circulante				
Ativo Realizável a Longo Prazo				
1.02.01.03	Empresas Net	Contas a Receber.....	34.885	33.201
		Depósitos Judiciais e Fiscais.....	34.885	33.201
1.02.01.06	Empresas.Net	Tributos Diferidos.....	436.122	360.140
		Créditos Tributários e Previdenciários.....	436.122	360.140
Passivo				
			2012	2011
Passivo Circulante				
2.01.03	Empresas Net	Obrigações Fiscais.....	-	2.724
		Impostos e contribuições.....	-	2.724
2.01.05	Empresas Net	Outras Obrigações.....	68.745	75.996
		Obrigações a Pagar	65.619	71.446
		Outras Contas a Pagar.....	3.126	4.550
Passivo Não Circulante				
2.02.02	Empresas Net	Outras Obrigações.....	299	224
		Outras Contas a Pagar.....	299	224
2.02.04	Empresas Net	Provisões.....	33.306	32.327
		Obrigações a Pagar.....	33.306	32.327
Demonstração do Resultado do Exercício				
			2012	2011
3.04.02	Empresas Net	Despesas Gerais e Administrativas.....	(192.202)	(152.371)
		Despesas Administrativas	(181.905)	(143.606)
		Despesas com Tributos	(10.297)	(8.765)

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.2. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado para empresas de participação**

Nova Ação Participações S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em reais)

	2012	2011
Ativo circulante	2.004.645	2.139.358
Disponível	4.210	2.188
Aplicações financeiras	1.962.256	2.077.020
Títulos e créditos a receber	38.179	58.838
Créditos tributários e previdenciários	27.432	46.700
Outros	10.747	12.138
Despesas antecipadas	-	1.312
Ativo não circulante	471.336	393.670
Aplicações financeiras	329	329
Títulos e créditos a receber	471.007	393.341
Créditos tributários e previdenciários	436.122	360.140
Depósitos judiciais e fiscais	34.885	33.201
Total ativo	2.475.981	2.533.028

Nova Ação Participações S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em reais)

	2012	2011
Passivo circulante	68.745	78.720
Contas a pagar	68.745	78.720
Obrigações a pagar	65.619	71.446
Impostos e contribuições	-	2.724
Outras contas a pagar	3.126	4.550
Passivo não circulante	34.210	32.551
Contas a pagar	34.210	32.551
Obrigações a pagar	33.306	32.327
Tributos diferidos	605	-
Outras contas a pagar	299	224
Patrimônio líquido	2.373.026	2.421.757
Capital social	2.000.000	2.000.000
Reservas de lucros	373.026	421.757
Total do passivo e patrimônio líquido	2.475.981	2.533.028

Nova Ação Participações S.A.
Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em reais)

	2012	2011
Receitas e despesas operacionais	(192.202)	(152.371)
Despesas administrativas	(181.905)	(143.606)
Despesas com tributos	(10.297)	(8.765)
Resultado financeiro	170.801	199.598
Receitas financeiras	208.464	239.903
Despesas financeiras	(37.663)	(40.305)
Resultado antes dos impostos e contribuições	(21.401)	47.227
Imposto de renda	(379)	(6.097)
Contribuição social	(227)	(3.623)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(22.007)	37.507
Resultado básico ou diluído por lote de mil ações		
Atribuído aos acionistas da Companhia		
Por ação preferencial	(0,12)	0,21
Por ação ordinária	(0,11)	0,19

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. Controle Acionário**

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da companhia, até o nível de pessoa física

Posição em 31 de dezembro de 2012

(em unidade de ações)

Nova Ação Participações S/A

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações preferenciais	%	Quantidade total de ações	%
Sulasapar Participações S/A	61.375.017	100,0000	122.750.036,00	100,0000	184.125.053	100,0000
Pessoa Física	1	0,0000	0	-	1	0,0000
Subtotal	61.375.018	100,00	122.750.036	100,00	184.125.054	100,00

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da companhia) até o nível de pessoa física

Posição em 31 de dezembro de 2012

(em unidade de ações)

Sulasapar Participações S/A

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade total de ações	%
Sulasa Participações S/A	2.000.000	55,00	2.000.000	55,00
ING Insurance International B.V.	1.636.364	45,00	1.636.364	45,00
Total	3.636.364	100,00	3.636.364	100,00

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da companhia) até o nível de pessoa física

Posição em 31 de dezembro de 2012

(em unidade de ações)

Sulasa Participações S/A

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações preferenciais	%	Quantidade total de ações	%
Sophie Marie Antoinette de Ségur	2.153.353.116	25,00	4.306.706.209	25,00	6.460.059.325	25,00
Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon	2.153.353.116	25,00	4.306.706.209	25,00	6.460.059.325	25,00
Christiane Claude de Larragoiti Lucas	1.435.568.744	16,66	2.871.137.488	16,66	4.306.706.232	16,66
Chantal de Larragoiti Lucas	1.435.568.744	16,67	2.871.137.488	16,67	4.306.706.232	16,67
Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas	1.435.568.744	16,67	2.871.137.488	16,67	4.306.706.232	16,67
Outros	-	-	46	-	46	-
Total	8.613.412.464	100,00	17.226.824.928	100,00	25.840.237.392	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da companhia) até o nível de pessoa física****Posição em 31 de dezembro de 2012****(em unidade de ações)****ING Insurance International B.V.**

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade total de ações	%
ING Verzekeringen N.V.	50.089	100,00	50.089	100,00
Total	50.089	100,00	50.089	100,00

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da companhia) até o nível de pessoa física**Posição em 31 de dezembro de 2012****(em unidade de ações)****ING Verzekeringen N.V.**

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade total de ações	%
ING Groep N.V. *	153.883.760	100,00	153.883.760	100,00
Total	153.883.760	100,00	153.883.760	100,00

* O ING Groep N.V. é uma companhia aberta, com sede na Holanda, com certificados de depósito ao portador, representando ações ordinárias do ING Groep N.V., listados na NYSE, na Euronext e em outras bolsas de valores.

Posição acionária consolidada dos controladores e administradores e ações em circulação**Posição em 31 de dezembro de 2012**

	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações preferenciais	%	Quantidade total de ações	%
Controladores	361.705.840	77,15	159.612.779	42,74	521.318.619	61,90
Administradores						
Conselho de Administração	29.538	0,01	59.076	0,02	88.614	0,01
Diretoria	169.523	0,04	339.046	0,09	508.569	0,06
Ações em circulação	106.863.011	22,80	213.445.546	57,15	320.308.557	38,03
Subtotal	468.767.912	100,00	373.456.447	100,00	842.224.359	100,00
Ações em Tesouraria	5.438.339		10.876.673		16.315.012	
Total	474.206.251		384.333.120		858.539.371	

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3. Atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003

Em 29/12/2009, a Nova Ação Participações S/A contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras pelo prazo de 4 anos. Adicionalmente, a Companhia também contratou a KPMG para execução de outros serviços que não são de auditoria. Os honorários correspondentes à estes outros serviços são inferiores à 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

O grupo de empresa ao qual a Companhia pertence possui uma política de partes relacionadas, disponível no site www.sulamerica.com.br, que permite o acompanhamento e o monitoramento de suas partes relacionadas, e de prestadores de serviços, como os auditores externos, para que estes se mantenham independentes e não haja conflitos de interesses e nem a perda de objetividade.

Os auditores externos entendem que são independentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence e que não há qualquer contrato de serviços de não auditoria, até o momento, que quebre esta relação de independência até mesmo por suas características "não recorrentes".

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da
Nova Ação Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Ação Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Ação Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores estatutários da Nova Ação Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado com sede na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 04.634.250/0001-34, nos termos do inciso VI do parágrafo 25 da instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores estatutários da Nova Ação Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado com sede na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 04.634.250/0001-34, nos termos do inciso V do parágrafo 25 da instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2012.